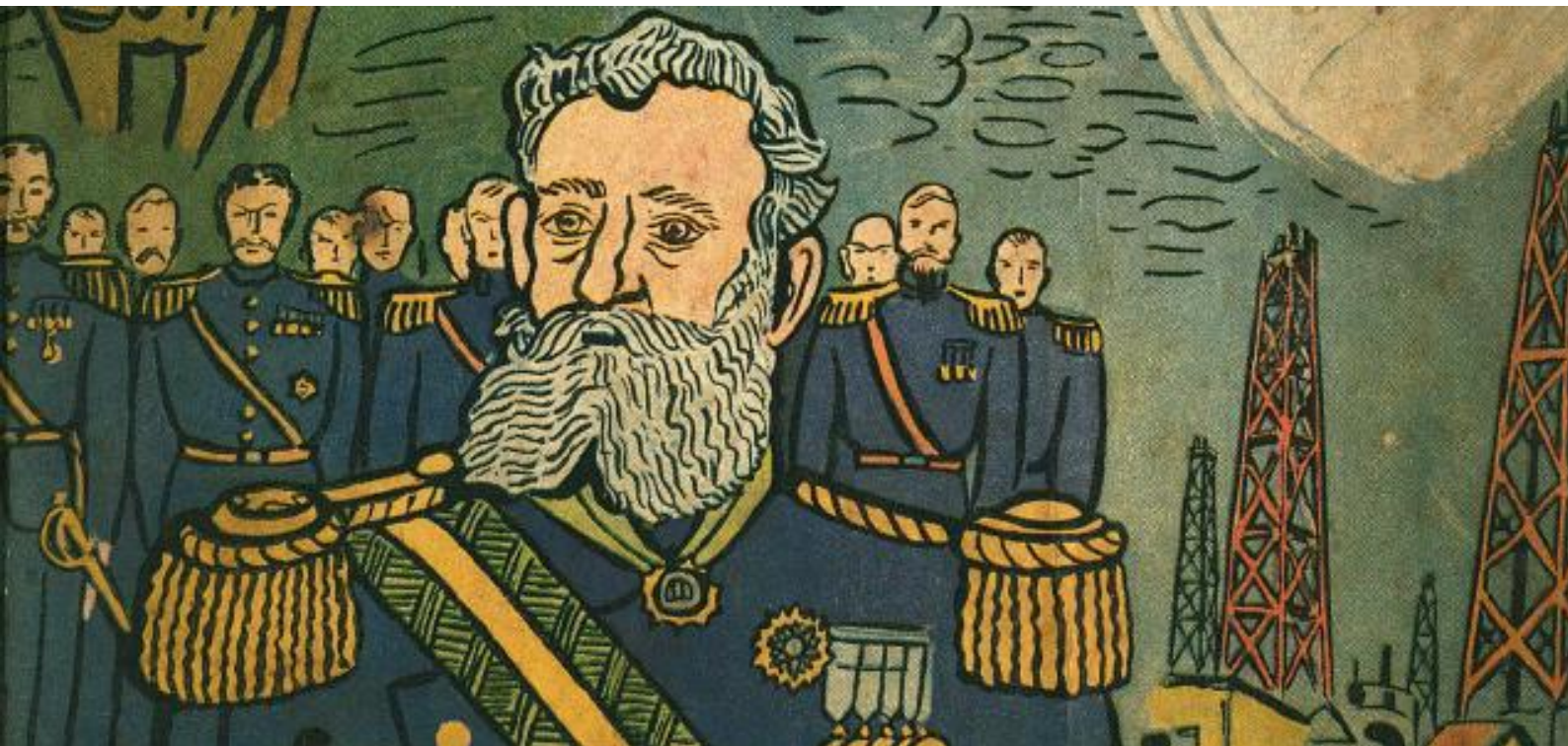


Revista mantida por grupos de pesquisa em História sediados na Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), na Universidade Federal de Sergipe (UFS) e na Universidade Regional do Cariri (URCA), especializada na publicação de artigos de revisão e resenhas de livros de História e Memória.



Detalhe de capa de *Pequena história do Brasil*, de Haddock Lobo [Década de 1950] | Imagem: [LEMAD/USP](http://lemad.usp.br)

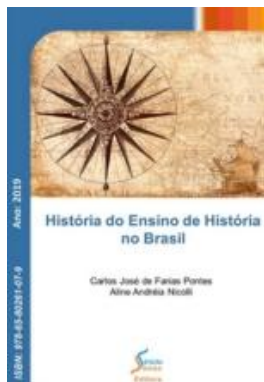
Rupturas e permanências – Resenha de *História do Ensino de História no Brasil*, de Carlos José de Farias Pontes e Aline Andréia Nicolli

Débora Barbosa de Vasconcelos Matos (UFS)

Resumo: *História do Ensino de História no Brasil*, de Carlos José de Farias Pontes e Aline Andréia Nicolli, visa apresentar a trajetória da disciplina no país e sua influência nas práticas docentes. Peca por inconsistência entre objetivo e método e ausência de recorte temporal no título. Destaca-se por clareza, atualidade e valor formativo.

Palavras-chave: ensino de história; história da historiografia; formação docente.

História do Ensino de História no Brasil, cujos autores são Carlos José de Farias Pontes e Aline Andréia Nicolli, é um livro resultante da dissertação de mestrado de Pontes, desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Acre (PPGED/UFAC) sob orientação de Nicolli. Publicada em 2019 pela Editora Stricto Sensu, sediada em Rio Branco (AC), a obra declara que o seu objetivo principal é o de apresentar a trajetória da disciplina de História no Brasil, a fim de demonstrar como ela se constituiu ao longo da sua história e influenciou as práticas docentes.



Mestre em Educação desde 2017 pela UFAC, Pontes é professor de História no Colégio de Aplicação da mesma instituição, enquanto Nicolli, doutora em Educação pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), leciona no Centro de Educação, Letras e Artes da UFAC. Ambos produziram a obra em um contexto histórico marcado por intensos tensionamentos e ataques ao Ensino de História, assumindo um papel importante em defesa da disciplina. Desde as chamadas “jornadas de junho de 2013”, grupos conservadores e reacionários ganharam visibilidade ao acusar professores – especialmente os de História – de promoverem doutrinação ideológica, abrindo espaço para discursos negacionistas, revisionistas e para o questionamento da própria relevância da área no ambiente escolar. Entre os efeitos concretos desses ataques, destacam-se a aprovação da Nova Base Nacional Comum Curricular (BNCC), em 2017, que reduziu ainda mais o espaço da História no currículo do Ensino Médio, e a formulação de projetos de lei inspirados no movimento “Escola sem Partido”, que buscavam censurar a atuação docente. Elaborado nesse contexto de disputas, o livro – composto por apenas uma seção – aborda a História do Ensino de História no Brasil, organizada em quatro tópicos que exploram momentos históricos específicos dos séculos XIX, XX e XXI.

No primeiro tópico, os autores trabalham com o período de 1838 a 1931, por compreenderem que ele marca a origem institucional e autônoma da disciplina de História no Brasil, com a criação do Colégio Pedro II e a consolidação de um modelo educacional centralizado e normativo, que seria repensado após o início da Era Vargas (1930). Defendem que esse intervalo representa o período em que o ensino de História se formou e se afirmou como instrumento político e moral do Estado Imperial (1822-1889) e da Primeira República (1889-1930). Para tanto, demonstram que a disciplina foi implementada no ensino secundário para servir aos interesses da elite dirigente, imperial e republicana, desempenhando a função de formar valores patrióticos, religiosos e de obediência nos alunos. Nesse sentido, sustentam que, embora a República tenha sido um contraponto ao Império, por defender a laicidade do Estado, ela não trouxe avanços para o ensino de História, perpetuando o ensino de História como disciplina moral e política, responsável por formar valores de ordem e civilidade, sob a ótica historicizante influenciada pela Escola “Alemã de Ranke” (p. 16).

No segundo tópico, os autores abordam o período de 1931 a 1964, caracterizado por intensas transformações e questionamentos pedagógicos que buscavam romper com o modelo tradicional de ensino de História consolidado desde o século XIX. Eles identificam três acontecimentos fundamentais que marcaram essa etapa: a Reforma Francisco Campos (1931), a Reforma Gustavo Capanema (1942) e o movimento da Escola Nova. Para os autores, essas iniciativas representaram um avanço significativo, pois colocaram em pauta a necessidade de repensar os objetivos e métodos da disciplina. A partir delas, a História passou a ocupar lugar de destaque em todas as séries do curso secundário, o que ampliou sua importância formativa dentro do currículo. Pela primeira vez, a disciplina foi concebida

como meio de promover a reflexão dos alunos sobre a realidade social, e não apenas como um instrumento de transmissão de fatos, datas e feitos heroicos. Esse novo enfoque propunha um ensino mais dinâmico, crítico e voltado à compreensão da experiência humana, em contraposição à memorização mecânica que caracterizava o ensino anterior.

No terceiro tópico, Pontes e Nicolli destinam seu foco ao período entre 1964 e 1985, em que o ensino de História, assim como a educação em geral, sofreu um processo de regressão e controle ideológico, resultado direto das políticas autoritárias do Regime Militar. Eles explicam que o governo implementou medidas que restringiram a liberdade de pensamento e a autonomia docente, reprimindo os setores sociais que se opunham ao projeto político então vigente. Nesse contexto, o ensino de História passou a ser utilizado como instrumento de formação moral e cívica alinhada ao Estado, voltando-se novamente a uma perspectiva historicizante, isto é, centrada na narrativa linear dos grandes feitos, dos heróis nacionais e da exaltação da ordem social como condição para o progresso. As reformulações curriculares impostas pelo governo, a produção de materiais didáticos supervisionados por militares e a ênfase em conteúdos desprovidos de crítica reforçaram uma visão única e oficial do passado, que ocultava conflitos e contradições sociais. Assim, para os autores, a disciplina perdeu o caráter reflexivo conquistado nas décadas anteriores e retornou a um modelo de ensino tradicional, descontextualizado e legitimador do poder político, transformando-se em instrumento de doutrinação e controle simbólico nas escolas.

No quarto e último tópico, que cobre o período da redemocratização até 2017, os autores mostram que o ensino de História recupera seu papel reflexivo e crítico, acompanhando a transição democrática do país e as transformações no campo educacional. Eles apontam que a disciplina passa a ser compreendida como espaço de análise da realidade social e de formação da consciência histórica, rompendo com o ensino tradicional centrado no professor, no livro didático e na memorização. Inspirada nas concepções da Nova História e da História Cultural, a prática docente passa a valorizar o uso de diferentes fontes históricas e o protagonismo do aluno na construção do conhecimento. Esse movimento é fortalecido pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB nº 9.394/1996) e pelos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs, 1998), que propõem um ensino voltado ao desenvolvimento humano, à diversidade cultural e à formação cidadã.

Não há dúvidas de que a síntese sobre a história do Ensino de História no Brasil é obra relevante para a área. Contudo, alguns elementos do seu texto merecem reparos. Começamos com o título da obra. Dada a abrangência cronológica da análise, que vai de 1838 a 2017, seria importante indicar esse marco no título, de modo a delimitar com maior precisão o objeto de investigação. Além disso, a forma como os objetivos são apresentados na introdução sugere certas ambiguidades. O autor afirma que um dos propósitos da obra é “compreender, a partir da percepção dos professores, como algumas práticas pedagógicas do passado ainda influenciam práticas pedagógicas presentes na atualidade” (p. 9). O texto, por sua vez, fundamenta-se majoritariamente em uma revisão bibliográfica e em algumas fontes primárias e secundárias, ao fazer referência apenas uma única vez a um depoimento de uma das obras consultadas. Nesse caso, o testemunho aparece como uma fonte complementar e não como objeto de pesquisa. Assim, observa-se uma inconsistência entre o objetivo declarado e o método efetivamente utilizado, o que pode gerar dúvidas quanto à natureza empírica da pesquisa. Some-se a este problema a ausência de uma metodologia mais explícita de análise das fontes e de critérios claros de seleção documental. A título de exemplo, na introdução, não são delimitados os meios a partir de referenciais metodológicos. No máximo, mencionam ter optado “pela apresentação de uma divisão historiográfica que divide a história da disciplina em quatro momentos distintos” (p. 8), ou

que, para narrar, buscaram fundamentar suas discussões em determinadas obras, sem mencionar trabalho de revisão bibliográfica.

Por fim, os marcos iniciais e finais e a periodização desconsideram o que se tem produzido a respeito antes de 2017. Há estudos que problematizam a cronologia escolhida pelos autores, a acusando de conceder uma excessiva centralidade à Escola dos *Annales* e à década de 1980 quanto às inovações no ensino de História. Freitas (2015), por exemplo, sugere que filosofias da História, como a predominantemente empirista de J. Locke e F. Herbert ou a empirista/evolucionista de J. Dewey, são pontos de partida tão importantes para analisá-las quanto o movimento de repensar a formação dos professores de História eclodido no período da Ditadura Militar. Em reforço a essa ideia, Oliveira e Freitas (2022), demonstram que essa cronologia privilegia instituições e autores do eixo Rio-São Paulo-Minas, como a Universidade de São Paulo (USP) e Fernand Braudel, e limitada à visualização de uma história homogênea, que não aprofunda questões regionais e epistemológicas sobre o ensino de História.

No que se refere ao plano epistemológico, em estudo recente, Costa (2021) demonstrou que as práticas docentes de Fernand Braudel não refletiam suas práticas acadêmicas. Em outras palavras, embora o historiador representasse um dos pilares dos *Annales*, suas práticas docentes permaneciam apegadas às prerrogativas da Escola Metódica. Portanto, teria sido fundamental que Pontes e Nicolli identificassem exatamente quais categorias dos *Annales* influenciaram as práticas docentes. Nesse sentido, também teria sido interessante se os autores esclarecessem os problemas que envolvem definir um ensino “tradicional”. Junior e Ramos (2021), por exemplo, ao mencionar o termo “ensino tradicional”, apontam as limitações e percalços para defini-lo, considerando as advertências de Peter Lee sobre o reducionismo que representa opor “ensino tradicional *versus* progressista”. Então, ainda que Pontes e Nicolli tenham apontado a influência de escolas históricas como da Nova História Francesa, da Nova Esquerda Inglesa, da Nova História Cultural e da Escola de Budapeste, e também a importância e as consequências de reformas como Francisco Campos, Gustavo Capanema e do movimento escolanovista para o ensino de História, a adotada os limitou a enfatizar os contextos e instituições ligadas aos especialistas em ensino de História que se consagraram na década de 1980, deixando de mencionar, por exemplo, as contribuições do Programa de Pós-Graduação em Ensino de História (ProfHistória) para a história do ensino de História.

Apesar destas ausências e imprecisões, a obra é academicamente relevante e possui um forte valor formativo. Ela oferece aos professores um panorama sobre histórias das práticas docentes, permitindo que cada educador compreenda sua atuação dentro de um processo mais amplo de transformações e permanências. Estimula a reflexão profissional e a autocrítica docente, ao evidenciar como as escolhas pedagógicas estão inseridas em um contexto histórico, político e ideológico. Desse modo, o texto não apenas analisa a trajetória da disciplina, mas também propõe um convite à consciência histórica sobre o próprio ato de ensinar História.

Outrossim, a obra se mostra atual e socialmente relevante, pois dialoga com debates contemporâneos sobre o papel da História na formação cidadã, sobretudo em tempos de disputas por memória, revisionismos e desinformação. Pontes e Nicolli oferecem uma reflexão fundamentada e equilibrada sobre a necessidade de uma História escolar crítica, plural e comprometida com a democracia, o que torna o livro especialmente pertinente para o contexto educacional e político brasileiro do século XXI.

Além disso, representa um dos poucos trabalhos de mais fôlego a respeito do tema, que em geral é abordado através de artigos e ensaios, ao trazer novas considerações a respeito do

ensino de História nas décadas mais recentes do século XXI, somando às críticas elaboradas sobre ele nos séculos passados por obras de autores conceituados, como *História e Ensino de História*, de Fonseca (2006).

Em síntese, a obra de Carlos José de Farias Pontes e Aline Andréia Nicolli cumpre seu objetivo central de apresentar a trajetória da disciplina de História no Brasil, a fim de demonstrar como ela se constituiu ao longo da sua história e influenciou as práticas docentes. Mesmo considerando os equívocos mencionados, a obra possui caráter formativo e reflexivo, sendo leitura indicada para professores de História, estudantes de licenciatura, pesquisadores em Educação e historiografia, e todos aqueles interessados em compreender a relação entre política, sociedade e práticas de ensino no Brasil.

Referências

COSTA, Aryana Lima. Do chão da sala de aula: possibilidades para a história das disciplinas no Ensino Superior a partir de Fernand Braudel. In: ANDRADE, Juliana Alves de; PEREIRA, Nilton Mullet (orgs.). *Ensino de História e suas práticas de pesquisa*. 2 ed. São Leopoldo/RS: Editora Oikos, 2021.

FONSECA, Thais Nívia de Lima e. *História & ensino de História*. – 2ª. Ed., 1ª. Reimpressão. – Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

FREITAS, Itamar. *Didáticas da história: entre filósofos e historiadores (1690-1907)* - Natal: Editora da UFRN, 2015.

JUNIOR, Arnaldo Martin Szlachta; RAMOS, Márcia Elisa Teté. As contribuições da History Education para a pesquisa em ensino de História. In: ANDRADE, Juliana Alves de; PEREIRA, Nilton Mullet (orgs.). *Ensino de História e suas práticas de pesquisa*. 2 ed. São Leopoldo/RS: Editora Oikos, 2021.

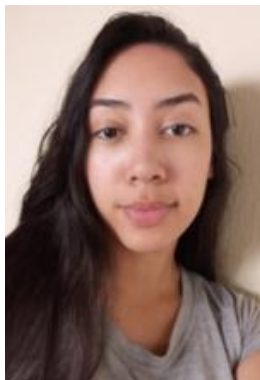
PONTES, Carlos José de Farias; NICOLLI, Aline Andréia. *História do Ensino de História no Brasil*. Rio Branco: Stricto Sensu, 2019.

OLIVEIRA, Margarida Maria Dias de; FREITAS, Itamar. *PROFHISTÓRIA: o dito e o feito*. Ananindeua: Cabana, 2022.

Sumário de *História do Ensino de História no Brasil*

1. Introdução | Carlos José de Farias Pontes e Aline Andréia Nicolli
 2. História do Ensino de História no Brasil | Carlos José de Farias Pontes e Aline Andréia Nicolli
 3. Considerações Finais | Carlos José de Farias Pontes e Aline Andréia Nicolli
- Referências
Autores

Resenhista



Débora Barbosa de Vasconcelos Matos é mestranda em História no programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Sergipe (PROHIS-UFS). Entre outros trabalhos, publicou [Ensino histórico em disputa](#). ID Currículo Lattes: <https://lattes.cnpq.br/6106051492202613>; ID ORCID: <https://orcid.org/0009-0001-7081-9076>; e-mail: debora.bvm324@gmail.com.

Para citar esta resenha

PONTES, Carlos José de Farias; NICOLLI, Aline Andréia. *História do Ensino de História no Brasil*. Rio Branco: Stricto Sensu, 2019. 62 p. Resenha de: MATOS, Débora Barbosa de Vasconcelos. Rupturas e permanências. *Crítica Historiográfica*. Natal, v. 6, n. 27, p. 18-23, jan./fev., 2026.

© – Os autores que publicam em *Crítica Historiográfica* concordam com a distribuição, remixagem, adaptação e criação a partir de seus textos, mesmo para fins comerciais, desde que lhes sejam garantidos os devidos créditos pelas criações originais. (CC BY-SA).